

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Generali Brasil Seguros submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas a 2017. Este conteúdo foi confeccionado em comparação ao mesmo período de 2016 e abrange os dados do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa e está acompanhado das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

Perfil

A Generali Brasil Seguros, controlada 100% pelo Grupo Generali, atua com seguros de pessoas, patrimoniais e massificados. No Brasil desde 1925, a Companhia está presente em 14 Estados, somando 34 pontos de atendimento.

O Grupo Generali é um grupo italiano independente, com forte presença internacional. Fundado em 1831, está entre uma das maiores companhias de seguro do mundo, presente em mais de 60 países e com faturamento acima de € 70 bilhões em 2016. Com mais de 74 mil funcionários e 55 milhões de clientes, o Grupo é líder na Europa Ocidental e, cada vez mais, ganha presença nos mercados da Europa Oriental, Central e Ásia. Em 2017, o Grupo Generali entrou no ranking das companhias mais sustentáveis no mundo pela *Corporate Knights*.

Estratégia Generali

Nos últimos tempos, o Grupo Generali vem buscando se posicionar como uma Companhia mais simples e mais inteligente, atuando de forma rápida e trazendo inovações no âmbito tecnológico, digitais para seus clientes e corretores.

Diante desse posicionamento, no Brasil, a estratégia da Generali está baseada em três pilares principais:

Canais Tradicionais: Crescimento sustentável no mercado nacional em canais tradicionais, através de corretores estratégicos para negócios em produtos individuais e de vida.

Canais Massificados: Estabelecimento de alianças e parcerias estratégicas através de canais de venda alternativos, como as recentemente fechadas com o Banco BMG e com a TIM, que permitem a ampliação da distribuição de nossos produtos através de tecnologia e meios digitais.

Inovação baseada na digitalização: Estudo e investimento em modelos de venda inovadores e diferentes dos atuais praticados pela Companhia, utilizando novas tecnologias disponíveis no mercado.

Desempenho Econômico

No Brasil, o cenário econômico atual apresenta gradativas melhoras em relação ao ano passado. O IPCA tem demonstrado resultado abaixo do esperado por analistas e já acumula uma queda de quase 2 p.p. no ano. Como prova dessa queda consistente, o Conselho Monetário Nacional reduziu a meta de inflação para 2019 dos atuais 4,50% para 4,25% e em 2020 para 4%. O Comitê de Política Monetária (Copom) também reduziu a taxa básica de juros para 10,25% ao ano, a menor taxa desde 2014 e estima-se que a taxa SELIC atinja 8,5% até o final de 2017.

Na esfera política, o governo continua avançando com reformas que visam restabelecer a confiança e restaurar um ambiente de investimento favorável. No entanto, a implementação do programa de reforma tem se mostrado difícil e enfrenta oposição no Congresso.

A perspectiva para o Brasil a médio prazo é de que continuará a crescer lentamente, uma vez que a economia está emergindo de uma severa recessão. A confiança dos consumidores e empresas está aumentando e o agronegócio teve o seu maior aumento nos últimos anos, impulsionando o crescimento do PIB. Embora alto, o desemprego diminuiu nesse segundo trimestre, com previsão de reduzir com mais intensidade até o final do ano e continuar a cair gradualmente.

Agradecimento

Agradecemos a todos os segurados que nos confiaram suas conquistas, aos corretores que nos indicaram como solução a seus clientes e aos colaboradores da Generali. Agradecemos também aos acionistas pelo apoio e confiança em nossa administração e às entidades e autoridades ligadas às nossas atividades.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016
Ativo			Passivo		
Circulante	823.123	871.427	Circulante	827.349	747.227
Disponível	10.241	3.344	Contas a pagar	49.977	43.212
Caixa e equivalentes de caixa	10.241	3.344	Obrigações a pagar (Nota 14)	16.545	16.808
Aplicações financeiras (Nota 5)	323.737	471.009	Impostos e encargos sociais a recolher	16.596	13.548
Quotas de fundos de investimento	323.560	470.860	Encargos trabalhistas	4.892	5.840
Outras aplicações	177	149	Impostos e contribuições	77	-
Crédito das operações com seguros e resseguros	246.147	190.579	Outras contas a pagar	11.867	7.016
Prêmios a receber (Nota 6)	164.387	134.403	Débitos de operações com seguros e resseguros	117.998	88.764
Operações com seguradoras	1.071	1.005	Prêmios a restituir	1.647	3.449
Operações com resseguradoras (Nota 7.1)	54.281	33.983	Operações com seguradoras	2.984	1.557
Outros créditos operacionais (Nota 11)	26.408	21.188	Operações com resseguradoras (Nota 7.2)	63.498	47.083
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas (Nota 17)	182.576	165.399	Corretores de seguros e resseguros	27.313	18.314
Títulos e créditos a receber	3.781	3.720	Outros débitos operacionais	22.556	18.361
Créditos tributários e previdenciários	2.152	2.110	Depósitos de terceiros (Nota 15)	4.948	2.434
Outros créditos	1.629	1.610	Provisões técnicas - seguros (Nota 17)	653.923	612.817
Outros valores e bens (Nota 8)	11.899	10.755	Danos	499.489	476.769
Empréstimos e depósitos compulsórios	15	224	Pessoas	154.434	136.048
Despesas antecipadas (Nota 9)	4.816	2.772	Débitos Diversos	503	-
Custos de aquisição diferidos (Nota 10)	39.911	23.625	Não circulante	20.648	20.290
Não circulante	383.859	276.272	Contas a pagar	49	4
Realizável a longo prazo	147.461	69.923	Tributos diferidos	49	4
Aplicações financeiras (Nota 5)	80.681	-	Provisões técnicas - seguros (Nota 17)	603	-
Títulos e créditos a receber	66.780	69.923	Danos	575	-
Créditos a receber	3.499	3.270	Pessoas	28	-
Outros créditos operacionais (Nota 11)	3.700	-	Outros débitos	19.996	20.286
Outros créditos tributários e previdenciários (Nota 25g)	26.555	-	Provisões trabalhistas e cíveis (Nota 16)	15.636	20.286
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 16)	33.026	66.653	Débitos diversos	4.360	-
Investimentos	412	412	Patrimônio Líquido (Nota 21)	358.985	380.182
Participações societárias	353	353	Capital social	1.256.177	1.186.177
Outros investimentos	59	59	Aumento de capital em aprovação	50.000	70.000
Imobilizado (Nota 12)	5.267	7.240	Reserva de capital	3.285	1.800
Imóveis de uso próprio	173	176	Reserva de reavaliação	85	128
Bens móveis	2.930	4.339	Ajustes de avaliação patrimonial	(321)	-
Outras imobilizações	2.164	2.725	Prejuízos acumulados	(950.241)	(877.923)
Intangível (Nota 13)	230.719	198.697	Total do passivo e patrimônio líquido	1.206.982	1.147.699
Outros intangíveis	230.719	198.697			
Total do ativo	1.206.982	1.147.699			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios emitidos líquidos	535.438	441.217
Variações das provisões técnicas	(70.427)	8.829
Prêmios ganhos (Nota 22)	465.011	450.046
Sinistros ocorridos (Nota 22)	(371.853)	(307.585)
Custos de aquisição (Notas 22)	(68.235)	(59.984)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 24.b)	(24.609)	(14.402)
Resultado com resseguro (Nota 25.c)	9.060	(54.763)
Despesas administrativas (Nota 25.d)	(139.777)	(138.550)
Despesas com tributos (Nota 25.e)	(11.943)	(2.730)
Resultado financeiro (Nota 25.f)	42.892	11.261
Resultado operacional	(99.454)	(116.707)
Ganho com ativos não correntes (Nota 25.g)	28.222	227
Resultado antes dos impostos e participações	(71.232)	(116.480)
Participações sobre o resultado	(1.086)	(1.222)
Prejuízo do exercício	(72.318)	(117.702)
Quantidade de ações	2.633.005	2.267.027
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação)	(27,47)	(51,92)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	(72.318)	(117.702)
Outros resultados abrangentes líquidos, a serem reclassificados para resultado em períodos subsequentes	-	-
Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	(321)	-
Outros resultados abrangentes líquidos, não reclassificados para resultado em períodos subsequentes	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	(43)	(12)
Total do resultado abrangente do exercício	(72.682)	(117.714)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	(72.318)	(117.702)
Ajustes para		
Depreciação e amortização	9.076	7.024
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(4.650)	5.630
Ganho na venda de imobilizado	-	(227)
Ajuste na reavaliação de imobilizado	(43)	-
(Ganho)/Perda por redução do valor recuperável dos ativos	(3.960)	(3.765)
Remuneração baseada em ações	1.485	(31)
Outros Ajustes (Nota 25g)	(26.555)	-
	(96.965)	(109.071)
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	66.270	83.004
Créditos das operações de seguros e resseguros	(51.847)	389
Ativos de resseguro	(17.177)	84.762
Créditos fiscais e previdenciários	(42)	(73)
Despesas antecipadas	(2.044)	4
Custo de aquisição diferidos	(16.286)	980
Outros ativos	(4.644)	14.257
Depósitos judiciais e fiscais	33.627	(31.437)
Outras contas a pagar	6.733	(3.866)
Impostos e contribuições	77	5.273
Débitos de operações de seguros e resseguros	29.234	(3.433)
Outros passivos	4.863	-
Depósitos de terceiros	2.514	(1.040)
Provisões técnicas - seguros	41.709	(122.036)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	-	(7.828)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(3.978)	(90.115)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(39.125)	(178.138)
Alienação de imobilizado	-	470
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(39.125)	(177.668)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	50.000	262.253
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	50.000	262.253
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	6.897	(5.530)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.344	8.874
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.241	3.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	993.924	-	1.831	88	-	(760.233)	235.610
Aumento de capital - AGE 30/09/2016	-	192.253	-	-	-	-	192.253
Aprovação do aumento de capital	192.253	(192.253)	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE 23/12/2016	-	70.000	-	-	-	-	70.000
Remuneração baseada em ações	-	-	(31)	-	-	-	(31)
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	40	-	12	52
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(117.702)	(117.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.186.177	70.000	1.800	128	-	(877.923)	380.182
Aprovação do aumento de capital - AGE 30/10/2017 (Nota 20.1)	70.000	(70.000)	-	-	-	-	-
Aprovação do aumento de capital - AGE 30/10/2017 (Nota 20.1)21	-	50.000	-	-	-	-	50.000
Remuneração baseada em ações (Nota 23)	-	-	1.485	-	-	-	1.485
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	(43)	-	-	(43)
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(321)	-	(321)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(72.318)	(72.318)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.256.177	50.000	3.285	85	(321)	(950.241)	358.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Generali Brasil Seguros S.A., ("Seguradora" ou "Companhia") com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada da Assicurazioni Generali S.p.A., grupo segurador italiano, tem por objetivo social operar com seguros de danos e pessoas, como definidos na legislação em vigor.

A Seguradora, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, finalizou o importante processo de reorganização da estrutura organizacional de forma a fortalecer os seus processos operacionais e a Governança Corporativa. A Administração da Seguradora tem um plano estruturado de melhoria contínua de seus processos e serviços, bem como aumento das receitas com o objetivo de acelerar o processo de retomada da rentabilidade.

Dentro do plano de retomada da rentabilidade, ao final do ano de 2016 a Seguradora firmou parceria com o Banco BMG para a exclusividade de vendas de seguro nos seus canais de Distribuição. Esta parceria inicialmente tem duração de 20 anos. E no ano de 2017 foi firmada nova parceria com a TIM Celular S.A. para atuar como representante da Generali na venda de seguros massificados em seus canais de distribuição. Esta parceria inicialmente tem duração de 8 anos, renováveis por mais 2. Para mais detalhes vide Nota 13. Também foi firmado acordo, com duração de 10 anos, com a Memorial Internacional Brasil Assistência Funerária LTDA para prestação de serviços de gerenciamento e organização de serviços de assistência 24 horas.

A Companhia conta ainda com o apoio de seu acionista controlador, que vem suprindo os recursos necessários para os importantes investimentos realizados no fortalecimento de seus sistemas, processos e governança, bem como suportar o ritmo de crescimento das operações, na direção da retomada da lucratividade e mantendo os níveis de solvência adequados, de acordo com as políticas do Grupo Generali e com os requerimentos legais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP - (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP").

A Circular nº 517/15 e alterações, dispõe sobre normas contábeis e auditoria contábil independente das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores; com efeitos a partir de 30 de julho de 2015, revogando a Circular SUSEP nº 508/15.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Seguradora em 23 de fevereiro de 2018.

2.2. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período.

2.4. Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros, vida útil dos ativos intangíveis, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos ativos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 3.

2.5. Disponível

Incluem dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

**ii) Títulos disponíveis para a venda**

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguro", "Contas a receber" e "Demais contas a receber". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* a cada data de balanço.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado e debitados dos custos da transação à demonstração do resultado para todos os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem.

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Impairment de ativos financeiros**i) Ativos negociados ao custo amortizado**

A Seguradora avalia semestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados pela Seguradora para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, mas não se limitam:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados. Para os créditos a receber com resseguradores, a provisão para redução ao valor recuperável é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de recuperações e os riscos de inadimplência das contrapartes aplicados a percentuais estipulados, conforme descrito em Nota Técnica Atuarial.

2.7. Ativos relacionados a resseguros

O Objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital cedendo parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas e pré-aprovadas pela Matriz. Nessa operação, a seguradora objetiva diminuir suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso, e cede a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que equilibra e dá solvência aos seguradores e evita, através da diluição dos riscos que haja quebradeiras generalizadas de seguradoras no caso de excesso de sinistralidade, como ocorrência de grandes tragédias ou de catástrofes, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório. Os passivos de seguros relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações com os segurados. Já os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios acordado entre as partes em detrimento da capacidade de resseguro cedida pelos resseguradores a Generali.

Os ativos de resseguro representam os valores a receber das contrapartes (resseguradores) e são calculados considerando seus respectivos percentuais de participação em cada contrato de resseguro podendo o mesmo ser automático proporcional, não proporcional ou facultativo. Esses ativos são devidamente associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro.

Os ativos relacionados a resseguros são constantemente atualizados à medida que são feitos pagamentos a segurados e/ou exista movimentações nas reservas e submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indício de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados.

Em 2017 a Companhia alterou a metodologia de cálculo da redução ao valor recuperável considerando um estudo que leva em consideração as perdas históricas com ativos de resseguro. Tal mudança foi tratada como mudança de estimativa e tratada prospectivamente.

2.8. Teste de adequação do passivo

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do teste. O qual deverá avaliar as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros durante o período de vigência das apólices e o término de cobertura dos contratos vigentes.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados e caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

A metodologia de cálculo considera a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcôveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica compreendida entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objetos de análise, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

As regras e os procedimentos para a elaboração do teste de adequação do passivo foram instituídos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

O teste de adequação dos passivos de 31 de dezembro de 2017 indicou que as provisões constituídas nesta data-base, eram insuficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorriam do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, havendo necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no montante de R\$5.348 (R\$2.225 em 31 de dezembro de 2016), bruta de resseguro e R\$1.872 (R\$2.185 em 31 de dezembro de 2016), líquida de resseguro.

2.9. Intangível

O ativo intangível é representado por gastos com implantação de sistemas operacionais e pelo direito de uso exclusivo dos canais de distribuição do Banco BMG e direito de uso dos canais da TIM, conforme parceria assinada no exercício de 2017. Ressalta-se que os gastos associados à manutenção de sistemas são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Os gastos associados a sistemas identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora, que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. Os custos com o direito de uso dos canais de distribuição do banco BMG são amortizados proporcionalmente à produção, conforme CPC 04 item 98 uma vez que o contrato estabelece um valor mínimo de prêmios emitidos, correlacionando a receita com consumo dos benefícios econômicos futuros.

Os custos com o direito de uso dos canais de distribuição da TIM serão amortizados pelo método linear de acordo com o prazo do contrato (8 anos), pois não há a correlação em contrato da receita de prêmios emitidos com o consumo dos benefícios econômicos futuros.

2.10. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas dos custos relacionados à corretagem de seguro na aquisição de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu, sendo apropriadas ao resultado conforme a vigência decorrida. O prazo médio de diferimento é de 12 meses em linha com a composição predominante dos negócios da Companhia que tem vigência anual, com forte concentração na carteira de automóveis.

2.11. Salvados

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados e aos seus reclamantes. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do ativo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. A provisão para redução do valor recuperável de salvados é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos salvados, considerando os riscos envolvidos.

2.12. Imobilizado

O ativo imobilizado compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis (terrenos e edificações) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004, com base em laudos de peritos independentes e a última registrada em 2004. Com a edição da Lei nº 11.638/07 não serão efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a.)	Anos
Edificações	2,5%	40
Equipamentos de informática	20%	5
Móveis, máquinas e utensílios	10%	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	5
Outras imobilizações	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço.

2.13. Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.14. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias e depósitos judiciais

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Seguradora não reconhece a provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a esse valor é material.

A Seguradora constitui provisões para desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza civil, fiscal e trabalhista.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados como descrito a seguir:

2.14.1. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento.

2.14.2. Passivos contingentes

Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece a provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota".

Como as causas dessa natureza não possuem data de vencimento, podendo ser executadas ou feitos acordos judiciais a qualquer tempo (neste último caso não incluídas as ações tributárias), a Administração adota como política, de forma consistente ao longo dos anos, a classificação dessa provisão no passivo circulante.

No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não ligadas a sinistros, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco, no passivo não circulante.

2.14.3. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos relativos a tais matérias cujo objeto de contestação seja sua legalidade ou constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo.

2.15. Provisões técnicas - seguros e resseguros

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e alterações, e com a Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA):

2.15.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. Esta provisão é obtida a partir da parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério *pro-rata die* para todos os ramos de seguros. A Seguradora adota a redução dos custos iniciais de contratação do prêmio base de cálculo da PPNG.

2.15.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em estudo técnico atuarial, cuja metodologia de cálculo encontra-se escrita em nota técnica atuarial definida pelo atuarial responsável da Seguradora, em consonância com a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

2.15.3. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, decorrentes do valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

2.15.4. Provisão de Excedentes Técnicos (PET)

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice.

2.15.5. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**i) Processos administrativos**

É constituída, caso a caso, para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos aos pagamentos dos sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido.

A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final ou quando ocorrer algum fato que impeça a baixa dos sinistros de forma individualizada e tempestiva no sistema operacional da Companhia.

ii) Processos judiciais

É estimada a partir da análise do departamento jurídico da Seguradora ao receber a citação de um novo processo, avaliando-se a probabilidade de perda e o valor máximo de responsabilidade, considerando-se na análise, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o capital segurado e a jurisprudência.

A Seguradora adota o critério de contabilização das provisões referente aos processos de sinistros, calculando com base em dados históricos, o percentual de perdas inicialmente classificadas como prováveis, possíveis e remotas, que a Companhia acaba por efetuar algum pagamento.

Tais percentuais foram atualizados para 31 de dezembro de 2017. O resultado desse estudo indicou as seguintes perdas históricas, utilizadas no provisionamento em 31 de dezembro de 2017.

Perda provável	75% do valor em risco
Perda possível	50% do valor em risco
Perda remota	15% do valor em risco

2.15.6. Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)**i) Ajustes decorrentes de IBNER**

Contempla os ajustes de IBNER, para os sinistros avisados e ainda não pagos, quando necessário, em decorrência da adequação da provisão até a respectiva liquidação final, conforme descrito na nota técnica atuarial de IBNER.

ii) Salvados e/ou ressarcimentos

A PSL para salvados e/ou ressarcimentos é constituída, caso a caso, para a expectativa de venda do salvado e/ou recuperação do ressarcimento, conforme o valor apurado na data do registro do salvado e/ou ressarcimento, até a sua respectiva liquidação total.

A provisão contempla os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

A Companhia utiliza a metodologia de cálculo para estimativa da provisão de IBNER, com base na estimativa dos sinistros ocorridos e não pagos (IBNP), subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e o saldo da provisão de Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR). Para a apuração do IBNP a Companhia utiliza o método dos triângulos de *run-off*, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros para estabelecer a projeção futura destes sinistros por períodos de ocorrência.

A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos em nota técnica atuarial.

2.15.7. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos em nota técnica atuarial e contempla estimativa para os valores relativos a indenizações e despesas, considerando os sinistros administrativos e judiciais.

A Companhia utiliza a metodologia de cálculo para estimativa da provisão dos sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), com base no método dos triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros reportados para estabelecer a projeção futura destes sinistros por períodos de ocorrência.

A expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na provisão de IBNR.

2.15.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

2.15.9. DPVAT

As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

2.16. Capital social

As ações ordinárias emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido, quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos adicionais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

O montante total do capital pertencente aos acionistas domiciliados no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais.

2.17. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui:

- Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura ou a emissão de apólice, o que ocorrer antes, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio.
- As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado.
- Os juros cobrados sobre os prêmios fracionados são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

2.18. Principais tributos

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que venham a requerer um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou do passivo a serem afetados em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

a) Provisões técnicas

As provisões técnicas foram constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, e da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações, com base em premissas, critérios e metodologias em conformidade com as melhores práticas do mercado de seguros, e documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

Em relação à provisão de sinistros a liquidar (PSL), a constituição é realizada com base na estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguro cedidos, abrangendo os valores relativos a indenizações e incluindo atualizações monetárias e juros. Já a provisão de IBNR é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguro cedidos.

A constituição da provisão de IBNR é realizada com base na metodologia de sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo-se o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. A apuração do IBNP é realizada pela estimativa dos valores finais de sinistros já ocorridos e ainda não pagos, através da metodologia de *Chain Ladder*, utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off* trimestrais, que consideram o desenvolvimento dos sinistros ocorridos na Companhia nos últimos 12 anos (entre 2006 e 2017). A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que a experiência passada sobre o desenvolvimento dos sinistros da Companhia pode ser utilizada para projetar valores finais dos sinistros ocorridos em períodos mais recentes e ainda não totalmente desenvolvidos.

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. A provisão é calculada "pro rata die", com base no valor do prêmio comercial, bruto das operações de cosseguro aceito e de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido e da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação. Já a provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE) corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado, mas cuja a emissão ainda não tenha ocorrido. A PPNG-RVNE foi estimada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* mensais, compreendendo período de 24 meses de histórico. Os triângulos foram elaborados com base no intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices.

b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

c) Provisão para recuperação de ativos de seguros, resseguros e cosseguros

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros e cosseguros.

Referente aos sinistros pagos a recuperar a Generali para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Generali elaborou um estudo de com base no histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores pagos a recuperar com resseguradores, alterando o cálculo com base no critério de 180 dias conforme permitido pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.



e) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais (cíveis, trabalhistas e tributárias) cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos engloba considerável julgamento por parte da Administração. Tal procedimento é necessário tendo em vista ser provável que, como resultado de um acontecimento passado, uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências apresentadas, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos Tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

f) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora

O IFRS 9 – Instrumentos financeiros foi emitido em novembro de 2009, e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma será efetiva para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018.

O IFRS 15 – Receita de contratos com clientes o IASB emitiu em maio de 2014 o novo pronunciamento de reconhecimento de receita, o CPC convergirá para esse novo pronunciamento, que tem adoção mandatória para os exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2018, com requerimentos de comparabilidade específicos (“full or modified retrospective approach”). O novo pronunciamento cria uma única norma para reconhecimento de receita aplicável a todas as companhias em todos os segmentos, exceto para contratos de seguros. A criação de uma única norma representa uma mudança significativa da prática atual, que contém diversas literaturas específicas para indústrias e transações. A Administração da Seguradora, avaliou o IFRS 15 e não identificou impactos relevantes para sua demonstração.

O IFRS 16 – “Leasing”, emitida em janeiro de 2016, estabelece que todos os arrendamentos serão reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A nova norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2019.

O IFRS 17 – Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. A IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e a Companhia não planeja adotar essas normas de forma antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as operações, para alcançar o sucesso organizacional. Seu principal objetivo é identificar a probabilidade e o impacto de eventos prejudiciais à Companhia e planejar para mitigá-los e/ou saná-los. Desta forma, contribui para as áreas de negócios no planejamento das atividades, em benefício dos acionistas e da Seguradora.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e Compliance no que tange a regulamentos, normas e políticas internas. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. O gerenciamento proativo visa aumentar a probabilidade e o impacto dos eventos positivos (oportunidades) e reduzir a probabilidade e o impacto dos eventos negativos (ameaças).

São aplicados os conceitos de governança corporativa em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e aperfeiçoar o valor econômico da organização, contribuindo para a qualidade da sua gestão, longevidade e proteção dos *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores, etc. Assim, agrega valor à empresa e contribui para sua sustentabilidade, envolvendo, valorizando aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos da Seguradora conta com a participação de todas as camadas abrangendo desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos.

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas do mercado utilizadas nacional e internacionalmente, adaptadas à realidade da Seguradora no Brasil.

4.1. Risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares e vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta ou indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Para efeito de testes de sensibilidade, foram utilizadas as premissas de 10% de aumento/redução na sinistralidade. Seguem os efeitos:

Variáveis	Premissas	Resultado após agravo/redução R\$	Efeito no resultado %	Efeito no PL %
Sinistralidade global	Agravo de 10%	(118.819)	(64)	(13)
Sinistralidade global	Redução de 10%	(25.817)	64	13

4.1.1. Estratégia de subscrição

A Seguradora tem todas as suas políticas de subscrição descritas em manuais técnico operacionais dos diversos produtos. Eles estabelecem os critérios de subscrição, de precificação, de enquadramento e classificação dos riscos e os chamados *guidelines*. Tais manuais, além de ser um instrumento de trabalho dos subscritores, estão disponíveis a qualquer funcionário da Seguradora na intranet, podendo ser consultado a qualquer momento por qualquer um.

Um *checklist* e uma série de requisitos são exigidos para a avaliação de cada tipo de risco, respeitando-se as características de cada um. Se requisitos importantes de qualificação e que possam permitir a melhor análise e classificação do risco não são atendidos, o risco deverá ser recusado.

Além das características intrínsecas ao risco que se quer segurar, são avaliadas as experiências pretéritas do risco e de seus gestores. A qualidade na gestão e proteção do risco e a situação econômico-financeira são também analisadas e assumem maior ou menor peso, de acordo com o tipo do risco, o segmento inserido e o montante a segurar.

A precificação é um importante requisito para uma correta subscrição, de modo a garantir o equilíbrio atuarial da Seguradora e que cumprirá todos os seus compromissos com os Segurados. Entretanto, a precificação, por si só, ainda que aparentemente adequada e atuarialmente sustentável, pode não ser suficiente para a garantia da saúde financeira da Seguradora. Neste contexto, a correta análise e diagnóstico do risco e sua adequada classificação, considerados os seus aspectos como o potencial de causar danos ou de ser consumido em decorrência de eventos futuros e incertos não são menos importantes.

4.1.2. Estratégia de resseguro

O objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital de risco cedendo parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas, minimizando, ao mesmo tempo, o risco de crédito associado a tal operação.

Visto que a segurança é um requisito de fundamental importância em qualquer transação de transferência de riscos, o risco de crédito da contraparte é um tópico-chave de resseguro e o Resseguro do Grupo instrui o uso de resseguradoras preferenciais, com as quais o Grupo mantém uma relação geral ampla e que possuem registros de desempenho satisfatório em termos de qualidade de serviços e pagamento de perdas. Esses resseguradores são constantemente reavaliados pela Matriz e o rating das mesmas é considerado para que a Generali defina as capacidades de cada ressegurador por linha de negócio.

Os contratos de resseguro, sejam eles proporcionais, não proporcionais e/ou facultativos são revisados e renovados anualmente de forma que a área de resseguro consiga avaliar o resultado do contrato e as possíveis alterações nos termos e condições com o objetivo de atender as necessidades de cada área de negócio, mas sempre mantendo a retenção da Seguradora em níveis autorizados pela Superintendência.

Os contratos facultativos são utilizados somente quando existe a necessidade de capacidade adicional ao contrato automático de forma a obter uma participação na apólice original.

4.1.3. Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento, quais sejam: (a) análises de sensibilidade; (b) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (c) casamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, anualmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas.

Os principais segmentos de gestão de riscos de seguro estão estruturados entre os ramos de atuação da Seguradora, conforme descrito na Nota 22.

4.2. Riscos de seguros gerais

O risco de seguros gerais inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos eventos resultantes, sinistros imprevisíveis resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Os departamentos técnicos da Seguradora monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos.

Visão geral das principais linhas do grupo de negócio:

4.2.1. Seguros de pessoas

A Seguradora opera com apólices coletivas destinadas, principalmente, a cobrir os empregados e dirigentes de empresas, sendo seu maior foco os grupos de relação entre empregado e empregador. A Seguradora tem como alvos as pequenas e médias empresas, além do segmento de empresas multinacionais, aproveitando a rede mundial da Generali, conhecida mundialmente por “*Generali Employee Benefits*” (GEB).

Outras operações significativas no Ramo de Pessoas são as apólices coletivas de seguro e bilhetes prestamista destinadas aos clientes dos parceiros dos canais massificados.

As coberturas oferecidas são as tradicionais, cabendo destaque para o pós-vida, seguro que garante a realização dos serviços funerários, sem a necessidade de desembolso por parte dos beneficiários do segurado. Trata-se de produto de alto valor agregado. Outros serviços de assistência são ainda agregados ao seguro de vida de acordo com a opção do contratante. A carteira da Seguradora atende a um importante segmento de empresas multinacionais.

4.2.2. Seguro de automóvel

A Seguradora opera nos ramos de Automóvel, Responsabilidade Civil Facultativa - RCF e Acidentes Pessoais Passageiros - APP. Atualmente, tem sede na cidade do Rio de Janeiro, com sucursais e escritórios nas principais cidades do Brasil.

A Seguradora disponibiliza a comercialização dos seus produtos para pessoas físicas e jurídicas, esta última concentrada na modalidade de frotas. É disponibilizada a contratação para veículos de passeio, picapes e caminhões. Quanto à gestão de riscos, adota-se mecanismos que possibilitam uma melhor aceitação, proporcionando uma carteira saudável com mais segurança e visando à maximização da rentabilidade para seus administradores.

Partindo desta premissa, busca-se sanear a carteira, adotando políticas de subscrição mais rigorosas, além de automatizar a análise e aceitação do risco através de árvore de decisão que permite padronizar os processos que envolvam o gerenciamento do risco. O sistema corporativo está parametrizado para consultas a bases externas, que possibilitam um conhecimento mais detalhado do risco em análise, dentro da política de aceitação, com intuito de maximizar o retorno para a Seguradora.

Além disso, a Seguradora estabelece como pilares estatísticos e atuariais, premissas como a utilização de bases de dados internos e externos disponibilizados pelo mercado para determinação de um modelo de custo, considerando as frequências e os danos médios de sinistros por naturezas, sustentando a construção de prêmios comerciais com intuito de obtenção de um equilíbrio econômico financeiro para a carteira de automóveis.

Cabe ressaltar que a Seguradora adota rotinas de testes de aderência do modelo para avaliar os impactos nos resultados, seguindo uma metodologia de simulação da carteira a valor presente objetivando diagnósticos de correções tarifárias e projeções.

4.2.3. Seguro de ramos elementares

A Seguradora oferece gama de produtos focados nos segmentos residencial, responsabilidade civil e riscos de engenharia.

4.2.3.1. Multirriscos

A Seguradora oferece um leque de produtos denominados multirriscos que obedecem a tarifas próprias conforme o segmento de atuação de cada segurado. Dentro do conceito multirriscos, cada respectivo produto é composto das mais variadas coberturas voltadas para o atendimento das necessidades de proteção dos segurados frente aos mais variados tipos de risco. Trata-se de um leque de coberturas onde o cliente opta por aquelas de sua escolha (sendo a básica uma conjugação de Incêndio/Queda de Raio/Explosão/Queda de Aeronaves) estipulando seus respectivos

Limites Máximos de Indenização (LMI), que correspondem ao valor máximo a ser indenizado para a reposição de seus bens. Conforme o tipo de cobertura, os produtos preveem limites máximos de LMI a serem contratados, que definem o nível máximo de exposição que se pretende assumir, além de franquias próprias que visam uma participação do segurado nos respectivos prejuízos indenizáveis na ocasião de sinistros.

Dentro deste conceito, os produtos multirriscos se diferenciam em:

• Residencial: Possui coberturas específicas voltadas para diferentes tipos de residências, sejam casas ou apartamentos, habituais ou de veraneio. São exemplos de coberturas adicionais: danos elétricos, vendaval, perda/pagamento de aluguel, responsabilidade civil familiar, roubo de bens entre outras.

4.2.3.2. Multirriscos/riscos nomeados e operacionais

A Seguradora oferece um leque de produtos denominados Multirriscos ou Riscos Nomeados/Operacionais, que obedecem a tarifas próprias conforme o segmento de atuação de cada segurado. Dentro do conceito multirriscos, cada respectivo produto é composto das mais variadas coberturas voltadas para o atendimento das necessidades de proteção dos segurados frente aos mais variados tipos de risco. Trata-se de um leque de coberturas onde o cliente opta por aquelas de sua escolha (sendo a básica uma conjugação de Incêndio/Queda de Raio/Explosão/Queda de Aeronaves) estipulando seus respectivos Limites Máximos de Indenização (LMI), que correspondem ao valor máximo a ser indenizado para a reposição de seus bens. Conforme o tipo de cobertura, os produtos preveem limites máximos de LMI a serem contratados, que definem o nível máximo de exposição que se pretende assumir, além de franquias próprias que visam uma coparticipação do segurado nos respectivos prejuízos indenizáveis na ocasião de sinistros. Dentro deste conceito, os produtos multirriscos se diferenciam em:

• Residencial: possui coberturas específicas voltadas para diferentes tipos de residências, sejam casas ou apartamentos, habituais ou de veraneio. São exemplos de coberturas adicionais: danos elétricos, vendaval, perda/pagamento de aluguel, responsabilidade civil familiar, roubo de bens entre outras.

• Empresarial: possui coberturas específicas voltadas para os mais variados tipos de atividades empresariais dos segmentos da indústria, comércio e serviços e dos mais variados portes (pequenas e médias empresas). São exemplos de coberturas adicionais: danos elétricos, vendaval, responsabilidade civil operações, despesas fixas, recomposição de registros e documentos, roubo de bens, roubo de valores, entre outras.

• Riscos nomeados e operacionais: o Produto de Riscos Nomeados e Operacionais é distribuído pelo segmento de “Global Corporate” da Generali, dedicado exclusivamente a atender grandes Empresas e grandes conglomerados (inclusive clientes internacionais cujo seguro seja parte de um programa mundial), atuando nas mais diversas atividades existentes no parque industrial do país, que podem variar desde hospitais e metalúrgicas, até o segmento químico, farmacêutico, alimentício, etc. Da mesma forma que o produto Multirriscos, as apólices de Riscos Nomeados e Operacionais possuem coberturas específicas voltadas ao atendimento das mais variadas necessidades estipuladas por nossos clientes. São exemplos de coberturas adicionais: lucros cessantes, danos elétricos, vendaval, quebra de máquinas, recomposição de registros e documentos, roubo de bens, extravasamento de materiais em estado de fusão, tumultos, entre outras.

Estes produtos obedecem a tarifas próprias obtidas através da experiência de suas respectivas carteiras, medida através das bases de dados da Seguradora. O processo de subscrição segue critérios que avaliam as características de cada risco onde são considerados, além do estado de uso e conservação do local, outros pontos conforme o tipo de seguro a ser contratado, como por exemplo: região de localização, tipo de proteção contra incêndio e proteção patrimonial existente, manutenção e uso e conservação das instalações e maquinários, a existência ou não de gargalos no processo, regime de trabalho, análise e cenário de perda máxima possível e dano máximo provável, condições de vizinhança, isolamentos internos, saúde financeira da empresa, entre outros.

Os preços dos seguros são determinados conforme o tipo de risco em questão, como por exemplo, tipos de residência, tipos de atividade empresarial desenvolvida, tipos de condomínio, e vão se tornando personalizados à medida que os riscos vão se diferenciando por outras características como, por exemplo, tipo de construção, boa experiência de sinistralidade, variedade de meios de proteção contra incêndio e acidentes, variedade de sistemas de proteção contra roubo, localização e exposição a efeitos climáticos ou catástrofes naturais, isolamento, “*layout*” e boas práticas de “*housekeeping*”, perda máxima, dano máximo, distância de socorro externo, entre outros.

Os produtos residencial e empresarial contam ainda com um amplo leque de serviços de assistência que oferece opções como chaveiros, eletricitistas, encanadores, *checkup* domiciliar, etc.

4.2.4. Demais ramos

A Seguradora conta também com outros produtos de ramos elementares para o atendimento as necessidades de seus clientes, como por exemplo, seguro para Equipamentos e Máquinas (Riscos Diversos).

4.2.4.1. Responsabilidade Civil (“RC”)

A Seguradora oferece a seus clientes dos mais variados segmentos empresariais, seja indústria, comércio ou serviço, um produto que conta com amplo leque de coberturas, como por exemplo, RC operações, RC empregador, RC produtos, RC garagista, RC prestação de serviços em locais de terceiros entre outras. Neste quesito, diversos pontos são avaliados durante a subscrição como as características de cada atividade, experiência em seu segmento, boa sinistralidade, porte, indicadores de qualidade, entre outros.

4.2.4.2. Risco de engenharia

A Seguradora oferece leque de coberturas voltado para seguro de obras civis e instalações e montagens, tais como básica (danos causados à obra), tumultos, equipamentos, despesas extraordinárias, entre outras. Trata-se de tarifa específica onde as características de cada obra determinam a melhor formação do seguro. Durante a subscrição, diversos fatores são avaliados para fins de aceitação e melhor dimensionamento do seguro como tipo de obra, experiência do construtor, topografia de terreno, tipo de solo, entre outros.

Todos os produtos aqui descritos possuem suas respectivas coberturas e planos de resseguro devidamente dimensionados, cujas modalidades e retenções são definidas conforme o perfil e tipo de carteira específica.

4.3. Risco financeiro

A exposição do risco financeiro está diretamente ligada à sua carteira de aplicação financeira. Buscando mitigar o risco adotamos uma política de conservadorismo, onde 93% dos investimentos estão concentrados em títulos públicos federais, além de levarmos em consideração os instrumentos regulatórios estipulados pelo órgão regulador bem como a conjuntura econômica vigente que será determinante para avaliar o risco e a rentabilidade dos ativos.

A política de gestão do risco financeiro - definida em reuniões do Comitê de investimentos, alinhada com as políticas do Grupo Generali - estabelece os limites apropriados de risco e assegura que estes sejam seguidos a fim de evitar perdas decorrentes de oscilações de preços de mercado que venham a impactar os resultados de forma adversa. A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria e Investimento da Seguradora e visa proteger e assegurar os ganhos.

4.4. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são:

- Ativos financeiros.
- Ativos de resseguro.
- Prêmios de seguros.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica.

Exposições ao risco de crédito

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos pela agência de risco *Fitch* para os saldos de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras e agências *AMBest*, *Moody's* e *Standard & Poor's* para os saldos relacionados aos ativos de resseguro:

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA+/AA-/A-	BBB+/BB	Sem rating	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	15	15
Fundo fixo	-	4.441	-	-	4.441
Banco do Brasil S.A.	339	-	-	-	339
Banco Bradesco S.A.	-	66	-	-	66
Caixa Econômica	-	-	-	5.377	5.377
Banco Santander S.A.	-	-	-	3	3
Banco Regional de Brasília	-	177	-	-	177
Títulos privados	-	-	-	84.405	84.405
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	-	-	-	-	-
Quotas de fundo de investimento exclusivo	-	-	216.150	-	216.150
Letras financeiras de tesouro - LFT	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimento aberto	23.005	-	-	-	23.005
Quotas de fundos de investimento públicos	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional NTN-B	-	18.850	-	-	18.850
Notas do tesouro nacional NTN-F	-	61.831	-	-	61.831
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	164.387	164.387
Ativos de resseguro	-	-	-	-	-
Partner Re Reinsurance Europe Limited	-	2	-	-	2
Transatlantic Reinsurance Company	-	2	-	-	2
XL Re Latin America Ltd.	-	5	-	-	5
Liberty Syndicates	-	5	-	-	5
Sirius America Insurance Company	-	7	-	-	7
XL Resseguros Brasil S/A	-	14	-	-	14
Markel Resseguradora do Brasil	-	52	-	-	52
Odyssey America Reinsurance Corporation	-	92	-	-	92
Everest Reinsurance Company	-	111	-	-	111
Austral Resseguradora S.A..	-	2.156	-	-	2.156
Münchener Rück do Brasil Resseguradora	-	143	-	-	143
Scor Brasil Resseguros S.A.	-	256	-	-	256
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	-	1.627	-	-	1.627
Mapfre Re do Brasil	-	1.501	-	-	1.501
Lloyd's	-	500	-	-	500
Assicurazioni Generali S.P.A.	-	665	-	-	665
Hannover Rückversicherung Ag	-	865	-	-	865
Scor Reinsurance Company	-	1.002	-	-	1.002
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	11.536	-	-	11.536
Munich Re do Brasil Resseguros S.A.	-	33.740	-	-	33.740
Exposição máxima ao risco de crédito	23.344	58.968	296.831	254.184	633.327

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA+/AA-/A-	Sem rating	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	6	6
Fundo fixo	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	-	70	-	70
Banco Bradesco S.A.	17	-	-	17
Caixa Econômica	-	41	-	41
Banco Itaú S.A.	1	-	-	1
Banco Santander S.A.	3.206	-	-	3.206
Banco Regional de Brasília	-	3	-	3
Títulos privados	-	-	-	149
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	24.626	46.400	-	18.516
Quotas de fundo de investimento exclusivo	-	-	-	-
Letras financeiras de tesouro - LFT	-	360.402	-	360.402
Notas do tesouro nacional NTN-F	-	676	-	676
Quotas de fundos de investimento aberto	20.240	-	-	20.240
Prêmios a receber de segurados	-	-	134.403	134.403
Ativos de resseguro	-	-	-	-
Assicurazioni Generali S.P.A.	-	632	-	632
Austral Resseguradora S.A.	-	1.576	-	1.576
Everest Reinsurance Company	-	6	-	6
Hannover Rückversicherung AG	-	450	-	450
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	203	-	203
Liberty Syndicates	-	7.507	-	7.507
Lloyd's	-	128	-	128
Mapfre RE Companhia de Reaseguros S.A.	-	461	-	461
Mapfre RE				

4.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Seguradora tem políticas de liquidez do grupo e também diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

i) Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizado na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas (acordo de datas de pagamento a fornecedores, dentre outras) de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração, considerando as previsões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A sobre de caixa é transferida para a conta centralizadora que investe em aplicações com incidência de juros, depósito a prazo e fundos de títulos públicos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender as responsabilidades operacionais. De acordo com o órgão regulador e assumindo uma posição ainda mais conservadora, 95% da carteira da seguradora está aplicada em ativos de alta liquidez.

ii) Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Os passivos financeiros da Seguradora, compostos, em sua totalidade, basicamente por provisões técnicas de seguros, possuem seus vencimentos alocados em um prazo inferior a 12 meses, alinhado com as características dos produtos comercializados pela Seguradora. Por este motivo, os instrumentos financeiros - aplicações financeiras, prêmios a receber e ativos de resseguro - são alocados na sua maioria com prazos similares, até 12 meses, de forma a minimizar riscos de liquidez. Embora a maior parte da carteira de investimentos da seguradora (93%) tenha títulos públicos com vencimentos acima de 12 meses, todos contam com liquidez diária - *duration* gira em torno de 303 dias.

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Alinhada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

	31/12/2017			Total
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Aplicações financeiras a valor justo por meio de resultado	107.410	5.905	210.422	323.737
Aplicações financeiras disponíveis para venda	-	-	80.681	80.681
Caixa e bancos	10.241	-	-	10.241
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	430.286	-	430.286
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	-	17.381	-	17.381
Títulos e créditos a receber	-	30.336	69.923	100.259
Outros valores e bens	94	11.805	-	11.899
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	15	-	15
	117.745	495.728	361.026	974.499
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Obrigações a pagar	-	16.545	-	16.545
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	117.998	-	117.998
Depósitos de terceiros	-	4.948	-	4.948
Provisões técnicas	-	653.923	604	654.527
	-	793.414	604	794.018

	31/12/2016			Total
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Aplicações financeiras a valor justo por meio de resultado	109.931	3.486	357.592	471.009
Caixa e bancos	3.344	-	-	3.344
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	190.579	-	190.579
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	-	165.399	-	165.399
Títulos e créditos a receber	-	3.720	69.923	73.643
Outros valores e bens	70	10.685	-	10.755
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	224	-	224
	113.345	374.093	427.515	914.953
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Obrigações a pagar	-	16.808	-	16.808
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	88.764	-	88.764
Depósitos de terceiros	-	2.434	-	2.434
Provisões técnicas	-	612.817	-	612.817
	-	720.823	-	720.823

4.6. Risco de câmbio

A Seguradora opera internacionalmente em operações do ramo de transporte internacional e operações de resseguro. A viabilização é feita através da conta em moeda estrangeira.

A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à moeda funcional. A área de Tesouraria administra as posições na conta em moeda estrangeira de forma a fazer frente às obrigações de médio prazo, evitando assim a exposição cambial local.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas, contabilmente, para a moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Eventuais ganhos ou perdas de conversão de saldos, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado.

4.7. Risco de mercado

i) Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado se refere à possibilidade de perda decorrente de oscilação de preços de commodities, taxas de juros e câmbio, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras de ativo e passivo. Isso significa que o risco varia de acordo com as condições do mercado a que determinado investimento pode estar exposto.

ii) Controle do risco de mercado

O risco de mercado é controlado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, gerando embasamento para as decisões estratégicas com agilidade e confiança. Desta forma, permite uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

É feita a gestão do fundo exclusivo para garantir o enquadramento do investimento que buscam atender aos quesitos de liquidez, segurança e rentabilidade. O controle do risco de mercado é acompanhado pela Área Financeira através da gestão da política de investimento a ser cumprida pelo gestor de recursos, garantindo a otimização dos resultados, avaliando os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, os limites de *Value at Risk* (VaR) e a liquidez.

Os ativos estão vinculados às reservas técnicas e totalmente alinhados com as leis estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Além disso, as aplicações financeiras oferecidas em garantia das reservas técnicas da Seguradora estão registradas na Central de Títulos Privados - CETIP, sob a custódia do Banco Santander.

O custo de oportunidade utilizado pela Seguradora para avaliar os investimentos é a taxa referencial de juros do mercado. Com base em análises de cenários a Seguradora define mudanças razoáveis nas taxas de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

Teste de sensibilidade

Para efeito de testes de sensibilidade, como apresentados no quadro abaixo, foram utilizadas as premissas de 25% de aumento e de redução aplicados ao custo de oportunidade dos ativos financeiros - taxa de juros do mercado:

Variáveis	Premissas	Resultado após aumento/redução R\$	Efeito no resultado %	Efeito no PL %
CDI	Aumento de 25%	(66.492)	8	2
CDI	Redução de 25%	(82.007)	(13)	(3)

5. Aplicações financeiras

Os ativos financeiros são aplicados no mercado conforme as premissas de liquidez/concentração estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em linha com a definição de risco do Grupo Generali e carregados a valor justo segundo os critérios abaixo:

- Preços cotados em mercados para ativos idênticos.
- O valor de mercado de títulos públicos foi baseado no "preço unitário de mercado - PU" informado pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas de balanço e com base no "PU 550 da SELIC", divulgado diariamente pelo BACEN.
- As quotas dos fundos de investimento são baseadas nas informações transferidas pelo administrador do fundo para o agente custodiante no CETIP, nas datas do balanço.
- Os títulos privados são precificados segundo o "PU" divulgado pelo emissor do papel, na data do balanço.

5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

	31/12/2017			Valor de curva	Taxas contratadas
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses		
I - Títulos para negociação					
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	84.405	-	-	84.405	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	5.728	210.422	216.150	SELIC
Quotas de fundos de investimentos	23.005	-	-	23.005	6
Outras aplicações	-	177	-	177	2
II - Títulos disponíveis para venda					
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	18.850	18.850	5
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	61.831	61.831	15
Total	107.410	5.905	291.103	404.418	100

	31/12/2017			Valor de curva	Taxas contratadas
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses		
I - Títulos para negociação					
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	89.542	-	-	89.542	19
Fundo de investimento exclusivo	-	3.486	356.916	360.402	77
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	676	676	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	-	571
Quotas de fundos de investimentos	20.240	-	-	20.240	4
Outras aplicações	-	-	-	-	149
Total	109.931	3.486	357.592	471.009	100

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	323.737	471.009
Não circulante	80.681	-
	404.418	471.009

5.2. Movimentação das aplicações financeiras

	31/12/2016	Aplicações	Resgates	Ajuste Mercado	Rendimento	31/12/2017
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	89.542	8.160	(21.907)	-	8.610	84.405
Fundo de investimento exclusivo:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	360.402	300.949	(476.066)	-	30.865	216.150
Letras do tesouro nacional - NTN-B	-	1.275	(1.246)	-	(29)	-
Notas do tesouro nacional NTN-F	676	-	(740)	-	64	-
Carteira administrada:						
Notas do tesouro nacional NTN-B	-	18.951	-	(348)	247	18.850
Notas do tesouro nacional NTN-F	-	61.239	-	27	565	61.831
Quotas de fundos de investimentos	20.240	1.639	(934)	-	2.060	23.005
Outras aplicações	149	177	(149)	-	-	177
	471.009	392.390	(501.042)	(321)	42.382	404.418

	31/12/2015	Aplicações	Resgates	Ajuste Mercado	Rendimento	31/12/2016
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	72.075	21.711	(15.367)	-	11.123	89.542
Fundo de investimento exclusivo:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	408.223	402.993	(494.695)	-	43.881	360.402
Letras do tesouro nacional - LTN	49.707	-	(51.834)	-	2.127	-
Notas do tesouro nacional NTN-F	3.000	544	(2.926)	-	58	676
Quotas de fundos de investimentos	20.765	10.507	(13.998)	-	2.966	20.240
Outras aplicações	243	75	(169)	-	-	149
	554.013	435.830	(578.989)	-	60.155	471.009

5.3. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 03: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2017			Total	31/12/2016			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	-	84.405	-	84.405	-	89.542	-	89.542
Fundo de investimento exclusivo:								
Letras financeiras do tesouro - LFT	216.150	-	-	216.150	360.402	-	-	360.402
Notas do tesouro nacional - NTN-F	-	-	-	-	676	-	-	676
Carteira administrada:								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	18.850	-	-	18.850	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	61.831	-	-	61.831	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos	-	23.005	-	23.005	-	20.240	-	20.240
Outras aplicações	-	-	177	177	-	-	149	149
	296.831	107.410	177	404.418	361.078	109.782	149	471.009

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017, a Seguradora não possuía em seus fundos de investimento exclusivos, contratos futuros de depósito interfinanceiro (DI).

Futuro	Posição	Referência	Valor total 2017		Objetivo
			Vencimento	Quantidade	
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	Jan/27	-	466
					<i>Hedge</i>

O contrato futuro de depósito interfinanceiro foi liquidado em 21 de junho de 2017 gerando ganho na operação de R\$485. Em relação ao controle dos riscos, os mesmos são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado (*VAR*, *Tracking Error* e *Testes de stress*), estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do Banco Santander Brasil S.A..

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o *hedge* da carteira da Seguradora. No caso dos contratos futuros de DI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação da taxa de juros.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Seguradora. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia 0064 aquela instituição.

6. Prêmios a receber

A composição dos prêmios a receber de segurados segue abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Composição dos créditos das operações com seguros	169.903	149.644
Prêmios a receber de segurados emitidos	30.744	21.276
Prêmios a receber de segurados não emitidos	13.344	10.495
Operações com seguradoras	213.991	181.415
	(49.604)	(47.012)
	164.387	134.403

Redução ao valor recuperável

	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios a receber de segurados	213.991	181.415
	138.686	101.657
	68.688	43.937
	21.927	15.936
	24.618	22.178
	23.453	19.606
	75.305	79.758
	9.753	7.992
	924	1.221
	946	2.277
	63.682	68.268

Abaixo segue a movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	55.583
Constituições	-	5.470
Reversões	-	(14.041)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	47.012
Constituições	-	3.464
Reversões	-	(872)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	49.604

Demonstramos a seguir o *aging list* dos prêmios a receber:

	31/12/2017	31/12/2016
<i>Aging</i> de valores a receber	213.991	181.415
A vencer	138.686	101.657
De 1 a 30 dias	68.688	43.937
De 31 a 60 dias	21	

12. Imobilizado

	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2017
Terrenos	111	-	-	-	111
Edificações	65	-	-	(3)	62
Equipamentos de informática	2.714	440	-	(1.603)	1.551
Móveis, máquinas e utensílios	1.625	111	-	(357)	1.379
Benfeitoria em imóvel de terceiros	2.335	425	-	(1.040)	1.720
Outras imobilizações	390	54	-	-	444
	<u>7.240</u>	<u>1.030</u>	<u>-</u>	<u>(3.003)</u>	<u>5.267</u>
	31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2016
Terrenos	111	-	-	-	111
Edificações	66	-	2	(3)	65
Equipamentos de informática	3.742	608	(122)	(1.514)	2.714
Móveis, máquinas e utensílios	1.378	477	(31)	(199)	1.625
Benfeitoria em imóvel de terceiros	3.077	304	-	(1.046)	2.335
Outras imobilizações	313	117	(40)	-	390
	<u>8.687</u>	<u>1.506</u>	<u>(191)</u>	<u>(2.762)</u>	<u>7.240</u>

13. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2016	Adições	Amortização	31/12/2017
Desenvolvimento de sistemas de informação	20%	34.775	6.465	(5.761)	35.479
Direito de uso dos canais de distribuição do Banco BMG (i)	Produção	163.922	-	(312)	163.610
Direito de uso dos canais de distribuição TIM	13%	-	31.630	-	31.630
		<u>198.697</u>	<u>38.095</u>	<u>(6.073)</u>	<u>230.719</u>
	Taxa anual de amortização	31/12/2015	Adições	Amortização	31/12/2016
Desenvolvimento de sistemas de informação	20%	26.327	12.710	(4.262)	34.775
Direito de uso dos canais de distribuição do Banco BMG	Produção	-	163.922	-	163.922
		<u>26.327</u>	<u>176.632</u>	<u>(4.262)</u>	<u>198.697</u>

(i) O direito de uso dos canais de distribuição do BMG se refere à exclusividade nos seus canais de distribuição para a venda de seguros massificados a partir de 2017. Principal foco está relacionados ao público, aposentados, pensionistas e funcionários públicos. O contrato é de vinte anos e o canal de distribuição é composto pelas agências bancárias do BMG, além de três mil correspondentes e a rede de franquias Help! Loja de crédito. O valor pago pela aquisição dos direitos de uso destes canais foi de R\$ 163.922 em 30 de setembro de 2016 e iniciou a de amortização a partir de janeiro de 2017.

(ii) O Direito de uso dos canais de distribuição TIM refere-se ao direito de exclusividade no uso dos canais de distribuição para comercialização dos produtos Generali. Tal parceria foi assinada no exercício de 2017. O valor pago pela aquisição do direito de uso destes canais foi de R\$ 31.500 até dezembro de 2017 restando uma parcela de R\$ 3.500 a pagar em janeiro de 2018. A amortização iniciará em janeiro de 2018 devido a entrada em produção.

14. Obrigações a Pagar

Obrigações a Pagar	31/12/2017	31/12/2016
Convênio DPVAT	113	20
Participação nos lucros a pagar	3.500	3.596
Assistência 24 horas	2.980	5.167
Fornecedores	4.582	3.924
Royalties	3.888	2.619
Outras contas a pagar – SFX	1.482	1.482
	<u>16.545</u>	<u>16.808</u>

15. Depósitos de terceiros

Composição do depósito de terceiro das operações com seguros	31/12/2017	31/12/2016
Aging de valores recebidos pendente		
De 1 a 30 dias	2.849	1.002
De 31 a 60 dias	231	450
De 61 a 120 dias	866	280
De 121 a 365 dias	1.002	702
	<u>4.948</u>	<u>2.434</u>

16. Provisões para contingências e depósitos judiciais

Contingências fiscais							
	31/12/2017			31/12/2016			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Possível	4	3.426	-	7	3.541	-	2.155
Remota	-	-	-	3	184	-	6.157
	<u>4</u>	<u>3.426</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>3.725</u>	<u>-</u>	<u>8.312</u>

Contingências trabalhistas							
	31/12/2017			31/12/2016			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	33	958	958	63	2.511	2.511	886
Possível	48	4.517	-	90	7.247	-	66
Remota	17	1.380	-	22	1.033	-	-
	<u>98</u>	<u>6.855</u>	<u>958</u>	<u>155</u>	<u>10.971</u>	<u>2.511</u>	<u>952</u>

Contingências cíveis							
	31/12/2017			31/12/2016			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	545	14.678	14.678	11.780	458	17.775	22.206
Possível	594	34.316	-	485	464	27.115	979
Remota	505	11.055	-	380	371	8.589	1.805
	<u>1.644</u>	<u>60.049</u>	<u>14.678</u>	<u>12.645</u>	<u>1.293</u>	<u>53.479</u>	<u>17.775</u>

Contingências sinistros							
	31/12/2017			31/12/2016			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	2.338	148.710	112.402	8.021	3.554	203.184	30.009
Possível	635	102.968	51.484	1.043	388	42.733	12.820
Remota	881	95.700	14.352	1.693	748	87.056	4.353
	<u>3.854</u>	<u>347.378</u>	<u>178.238</u>	<u>10.757</u>	<u>4.690</u>	<u>332.973</u>	<u>219.084</u>

Referem-se, basicamente, a:

- Fiscais - refere-se a um processo relativo a parcelamento da Cofins deferido pela Secretaria da Receita Federal e um processo de cobrança de ICMS sobre salvados nas praças Rio de Janeiro e São Paulo. Não são esperadas perdas nessas ações, motivo pelo qual não foi constituída provisão, há também processos referentes às inconformidades na entrega de declarações acessórias a Receita Federal e um processo relativo à cobrança de PIS cujas perdas estão classificadas em 31 de dezembro de 2017 como possível, devido à jurisprudência do STF ocorrida em fevereiro de 2016 no sentido da inconstitucionalidade da exigência para as causas em referência.
- Trabalhistas - pedidos de direitos e indenizações trabalhistas.
- Cíveis - referem-se basicamente a ações decorrentes do curso normal das operações que, na opinião dos consultores jurídicos da Seguradora, apresentam risco de perda provável ou expectativa de saída de caixa.

Em 23 de janeiro de 2015 a Generali Brasil foi citada para responder uma ação Judicial promovida pela Newcorp Gestão S.A. ("Newcorp"), Cerâmica São Cristóvão e Milo Investimentos S.A., juntamente com a GBA Gestão de Benefícios Associativos e SFX Gestão e Serviços Ltda., em trâmite na 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. A presente ação que possui valor de R\$13.563 e probabilidade de perda possível, tem por objeto a decretação da ineficácia e desconstituição das garantias reais e fidejussórias apresentadas pelos autores em favor da Generali, bem como indenização em razão da rescisão do Acordo de Estipulação firmado entre a Generali e a Newcorp, a ser apurada na fase instrutória.

Em 29 de abril de 2017 a Generali Brasil foi citada para responder uma ação judicial promovida pela Serta Tecnologia Ltda, em trâmite na 17ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. A presente ação possui valor de R\$11.142 sendo R\$3.440 com probabilidade de perda provável e R\$7.702 com probabilidade de perda possível, tem por objeto o pagamento de títulos executivos extra-judiciais, contrato de prestação de serviços, firmados entre a exequente e a Generali Brasil.

• Sinistros - existem 3.854 (4.690 em dezembro de 2016) processos relacionados a sinistros que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos referem-se em sua maioria a sinistros do ramo de automóvel e RCF. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. O critério de contabilização das provisões referente aos processos de benefícios são os seguintes: 15% para causas remotas, 50% para as causas possíveis e 75% para as causas prováveis. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Generali para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Reservas Técnicas" no montante de R\$177.596 (R\$219.084 em dezembro de 2016) que adicionados ao valor de reserva dos seguros DPVAT (R\$9.075) e ao IBNER Judicial no montante de R\$27.798 totalizam R\$214.469.

16.1. Movimentação de provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Em 1º de janeiro	-	2.511	17.775	3.233	1.863	17.388
Constituições/atualizações	-	220	7.501	213	901	4.516
Liquidações/baixas	-	(1.773)	(10.598)	(3.446)	(253)	(4.129)
No final do exercício	-	958	14.678	-	2.511	17.775

16.2. Movimentação dos depósitos judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis

Descrição	31/12/2017				31/12/2016			
	Sinistros	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Sinistros	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Em 1º de janeiro	32.399	8.312	952	24.990	7.890	7.506	573	19.248
Constituições/atualizações	6.544	582	215	13.417	26.428	1.346	3.124	6.936
Liquidações/baixas	(28.185)	-	(437)	(25.763)	(1.919)	(540)	(2.745)	(1.194)
No final do exercício	10.758	8.894	730	12.644	32.399	8.312	952	24.990

17. Provisões técnicas

17.1. Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Automóvel/RCF						
Provisões Complementares de Cobertura	-	2.225	-	(40)	-	2.185
Provisões de prêmios não ganhos	143.312	114.427	(255)	(93)	143.057	114.334
Sinistros a liquidar ADM	28.745	34.115	(236)	(7)	28.509	34.108
Sinistros a liquidar JUD	108.699	105.364	(26.628)	(28.740)	82.071	76.624
Sinistros ocorridos e não avisados	23.536	32.169	(924)	(424)	22.612	31.745
	<u>304.292</u>	<u>288.300</u>	<u>(28.043)</u>	<u>(29.304)</u>	<u>276.249</u>	<u>258.996</u>
Vida/acidentes pessoais						
Provisões Complementares de Cobertura	5.348	-	(3.476)	-	1.872	-
Provisões de prêmios não ganhos	29.922	1.311	(884)	(418)	29.038	893
Sinistros a liquidar ADM	35.523	19.625	(24.175)	(29.168)	11.348	(9.543)
Sinistros a liquidar JUD	44.334	18.837	(29.860)	4.927	14.474	23.764
Sinistros ocorridos e não avisados	35.761	57.981	(24.929)	(41.788)	10.832	16.193
	<u>150.888</u>	<u>97.754</u>	<u>(83.324)</u>	<u>(66.447)</u>	<u>67.564</u>	<u>31.307</u>
Ramos elementares						
Provisões de prêmios não ganhos	25.030	15.388	(14.315)	(9.030)	10.715	6.358
Sinistros a liquidar ADM	31.936	50.357	(29.360)	(39.481)	2.576	10.876
Sinistros a liquidar JUD	52.362	64.155	(25.447)	(18.774)	26.915	45.381
Sinistros ocorridos e não avisados	5.726	7.341	(2.087)	(2.363)	3.639	4.978
	<u>115.054</u>	<u>137.241</u>	<u>(71.209)</u>	<u>(69.648)</u>	<u>43.845</u>	<u>67.593</u>

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
DPVAT						
Sinistros a liquidar ADM	1.947	3.365	-	-	1.947	3.365
Sinistros a liquidar JUD	9.075	14.615	-	-	9.075	14.615
Sinistros ocorridos e não avisados	72.800	70.855	-	-	72.800	70.855
Outras Prov. para Dep. Adm.	470	687	-	-	470	687
	<u>84.292</u>	<u>89.522</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>84.292</u>	<u>89.522</u>
Total						
Provisões complementar de cobertura	5.348	2.225	(3.476)	(40)	1.872	2.185
Provisões de prêmios não ganhos	198.264	131.126	(15.454)	(9.541)	182.810	121.585
Sinistros a liquidar ADM	98.151	107.462	(53.771)	(68.656)	44.380	38.806
Sinistros a liquidar JUD	214.470	202.971	(81.935)	(42.587)	132.535	160.384
Sinistros ocorridos e não avisados	137.823	168.346	(27.940)	(44.575)	109.883	123.771
Outras Prov. para Dep. Adm.	470	687	-	-	470	687
	<u>654.526</u>	<u>612.817</u>	<u>(182.576)</u>	<u>(165.399)</u>	<u>471.950</u>	<u>447.418</u>
Provisões técnicas Circulante	-	-	-	-	31/12/2017	31/12/2016
Não circulante	-	-	-	-	653.923	612.817
	-	-	-	-	603	-
	-	-	-	-	<u>654.526</u>	<u>612.817</u>

17.2. Movimentação das provisões técnicas

	31/12/2017	
	Passivos de seguros	Ativos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2016	612.817	165.399
Varição de PPNG	67.138	5.913
Sinistros avisados/ajustados	402.376	125.089
Correção monetária e juros de sinistros	327	3.909
Pagamentos e recebimentos	(400.514)	(104.535)
Varição IBNR	(30.523)	(16.635)
Varição PCC	3.123	3.436
Varição outras provisões	(217)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>654.526</u>	<u>182.576</u>

	31/12/2016	
	Passivos de seguros	Ativos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2015	734.853	250.161
Varição de PPNG	5.705	(1.977)
Sinistros avisados/ajustados	279.529	114.237
Correção monetária e juros de sinistros	57.294	13.699
Pagamentos e recebimentos	(477.840)	(217.776)
Varição IBNR	28.056	8.607
Varição PCC	(14.943)	(1.552)
Varição outras provisões	163	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>612.817</u>	<u>165.399</u>

18. Garantias das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil (BACEN) através da Resolução nº 3.308, de 31 de agosto de 2005, com suas alterações posteriores, e a SUSEP através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, com suas alterações posteriores, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões técnicas - seguros	654	

	31/12/2017	31/12/2016
patrimônio líquido ajustado	136.836	190.572
(-) exigência de capital - ec	91.987	81.805
suficiência de capital - r\$	44.849	108.767
suficiência de capital - % da ec	148,76%	232,86%
20% do capital adicional de risco - cr (b)	18.397	16.361
excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas	35.548	118.913
liquidez em relação ao cr (b)	17.151	102.552

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343, de 26 de dezembro de 2016, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar e deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

22. Ramos de atuação da seguradora
 Os principais ramos de atuação da Seguradora, os prêmios ganhos, os índices de sinistralidade e os índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade %	Custo de aquisição	Índice - % comissionamento
Em 31 de dezembro de 2017					
Automóveis/RCF-V	276.518	(224.184)	81	(42.128)	15
Vida/acidentes pessoais	160.249	(129.978)	81	(22.015)	14
Demais	28.244	(17.691)	63	(4.092)	14
	465.011	(371.853)	80	(68.235)	15
Em 31 de dezembro de 2016					
Automóveis/RCF-V	280.930	(199.971)	71	(37.916)	13
Vida/acidentes pessoais	139.448	(86.303)	62	(16.394)	12
Demais	29.668	(21.311)	72	(5.674)	19
	450.046	(307.585)	68	(59.984)	13

23. Imposto de renda e contribuição social
 A Seguradora não apurou imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 em virtude de prejuízos tributários recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2017, a Seguradora possui um saldo acumulado de prejuízos fiscais no montante de R\$945.997 (R\$869.706 em 31 de dezembro de 2016) e base negativa de contribuição social no montante de R\$951.836 (R\$875.373 em 31 de dezembro de 2016). Não foram constituídos créditos tributários diferidos sobre esse saldo acumulado, bem como sobre as adições temporárias, em decorrência do histórico de prejuízos da Seguradora, em consonância com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações.

24. Remuneração baseada em ações
 Alguns executivos da Companhia participam do plano multianual, aprovado pela Assicurazioni Generali de distribuição de suas ações ordinárias, sujeitas à aprovação da assembleia de acionistas do Grupo. O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Generali Brasil Seguros S.A., que fizeram jus às opções da Assicurazioni Generali, está registrado no patrimônio líquido da Seguradora como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$3.285 (R\$1.800 em 31 de dezembro de 2016).

25. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

a) Custo de aquisição

	31/12/2017	31/12/2016
Comissão sobre prêmios emitidos	(79.443)	(54.167)
Comissão de agenciamento	(151)	(432)
Recuperação de comissões	579	444
Outras despesas de comercialização	(5.506)	(4.849)
Variação das despesas de comercialização diferidas	16.286	(980)
	(68.235)	(59.984)

b) Outras despesas e receitas operacionais

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos assistência 24h	36.235	28.074
Receitas consórcio DPVAT outras receitas, líquidas	2.823	3.251
	39.058	31.325
Outras despesas operacionais		
Débitos assistência 24h	(39.435)	(26.975)
Despesas operacionais - seguros	(17.750)	(19.305)
Provisão para riscos de créditos	(2.592)	8.571
Despesas com administração de apólices	(511)	(512)
Despesas com encargos dos corretores	(20)	(37)
Despesas com cobrança bancária	(4.768)	(5.011)
Lucros atribuídos	(1.687)	(2.071)
Provisões civeis	3.097	(387)
	(63.666)	(45.727)
	(24.608)	(14.402)

c) Resultado com operações de resseguros

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas com resseguro		
Indenizações de sinistros	99.356	109.743
Participações em lucros	783	-
Despesas de sinistros	4.445	4.493
Variações de IBNR e IBNER	4.655	(48.033)
	109.239	66.203
Despesas com resseguro		
Despesas com prêmio resseguro	(108.397)	(110.443)
Variações despesas de resseguros	5.911	(1.976)
PCC Outras provisões sobre resseguro	3.436	(1.552)
Provisão de crédito de liquidação duvidosa sobre resseguro	(1.129)	(6.995)
	(100.179)	(120.966)
	9.060	(54.763)

d) Despesas administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com pessoal próprio	(69.261)	(78.193)
Despesas com serviços de terceiros	(25.948)	(28.880)
Despesas com localização e funcionamento	(25.529)	(20.687)
Despesas judiciais	(14.686)	(3.958)
Despesas com consórcio DPVAT	(2.054)	(2.458)
Outras despesas administrativas	(2.300)	(4.374)
	(139.778)	(138.550)

e) Despesas com tributos

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões fiscais	-	3.233
Taxa de fiscalização	(2.962)	(3.307)
Despesas com PIS	(1.020)	(231)
Despesas com COFINS	(6.276)	(1.424)
Outras despesas com tributos	(1.685)	(1.001)
	(11.943)	(2.730)

f) Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Com operações de seguros e resseguros	2.672	2.465
Com títulos de renda fixa	32.960	49.032
Com títulos públicos	812	-
Com títulos de renda fixa - DPVAT	8.610	11.123
Outras receitas financeiras	3.609	6.006
	48.663	68.626
Despesas financeiras		
Com operações de seguros e resseguros	(4.654)	(55.074)
Outras despesas financeiras	(1.118)	(2.291)
	(5.772)	(57.365)
	42.891	11.261

g) Ganhos com ativos não correntes

	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos com ativos não correntes		
Outras receitas não correntes	1.668	-
Ganho judicial tributário	26.555	-
	28.223	-

O valor de ganho judicial refere-se ao ganho de causa transitado em julgado referente ao questionamento dos expurgos inflacionários do PLANO VERÃO (ocorridos em janeiro e fevereiro de 1989) que seguiu-se a fase de apuração dos créditos tributários concluída em outubro de 2017, e que teve como critério a recomposição do lucro tributável, das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social recolhidos nos períodos e fatos geradores pertinentes, porém considerando os efeitos contábeis e fiscais com a inclusão das parcelas de correção monetária expurgadas com os índices de 42,72% e 10,14%, respectivamente, para os meses de janeiro e fevereiro de 1989, o que reduziu na apuração de diferenças a maior recolhidas a títulos de IR e CSLL, que somadas em todos os períodos, perfazem um indébito tributário no valor total de R\$ 26.555, até a presente data.

26. Transações com partes relacionadas
 A remuneração total dos administradores da Seguradora no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$1.232 (R\$ 3.798 em 2016), as quais são benefícios de curto prazo.

A Seguradora efetua operações de resseguro com empresa integrante do grupo, Assicurazioni Generali S.p.A. e Generali Itália, as quais são realizadas em condições pactuadas entre as partes. A principal operação com essa empresa compreende a operação de resseguro, envolvendo o repasse de prêmios registrados na rubrica "Prêmios Resseguros Cedidos", recuperação de comissões registrados na rubrica "custos de aquisição" e recuperação de sinistros registrados na rubrica "Sinistros Retidos".

A CEABS Serviços Ltda., uma investida indireta da controladora da Seguradora, Assicurazioni Generali S.p.A., presta serviços de instalação, desinstalação, ativação e desativação dos equipamentos de localização e rastreamento nos veículos dos segurados indicados pela Generali.

A Europ Assistance, uma joint venture entre a Assicurazioni Generali S.p.A. com terceiros, presta serviços de suporte e assistência aos diversos ramos de seguro da Generali, principalmente os de auto e vida, a saber: assistência para veículos, assistência funeral, assistência domiciliar, dentre outros.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Partes relacionadas						
Assicurazioni Generali S.p.A.	1.026	888	2.406	622	1.108	4.944
Generali Itália	-	-	212	-	-	(1.397)
Europ Assistance	-	-	2.980	5.167	(30.428)	(20.434)
CEABS	-	-	207	108	(1.176)	(1.766)
Total	1.026	888	5.805	5.897	(30.496)	(18.653)

Diretor-Presidente Andrea Crisanaz	Conselheiros Antônio Cassio dos Santos Andrea Crisanaz Alessandro Berni	Contadora Viviane Miler Abreu CRC RJ-083704/O-2
Diretores Andrea Crisanaz Sara Bendel Sergio Wilson Ramos Junior Cláudia Papa	Atuário Rubens Moreira Bastos MIBA nº 1.370	

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Generali Brasil Seguros S/A ("Generali Brasil") foi estabelecido pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2015. O Comitê, composto por cinco membros indicados pelo Conselho de Administração da Generali Brasil.

O Comitê é um órgão de suporte ao Conselho de Administração e tem como principais funções a supervisão das atividades que tem como objetivo garantir a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Generali Brasil, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos, o cumprimento de normas internas e externas e a efetividade e independência das auditorias externa e interna.

Os principais resultados das atividades exercidas pelo Comitê foram:
Auditoria Interna – (i) avaliou e aprovou o Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2017; (ii) foi informado sobre as atividades de auditoria realizadas ao longo do ano, bem como dos resultados dos trabalhos realizados; (iii) tomou conhecimento do status de implementação das recomendações da Auditoria Interna, com destaque para a evolução de implantação ao longo do ano, bem como para as recomendações pendentes de implantação; (iv) discutiu com a Administração da Generali as ações que estão sendo tomadas para a implantação das recomendações pendentes e melhoria do ambiente de controle da Companhia.

Gestão de Riscos e Compliance – (i) tomou conhecimento das atividades realizadas ao longo de 2017 e de que a estrutura de gestão de riscos da Companhia atende aos requisitos estabelecidos pelas normas da Susep; (ii) tomou conhecimento da adequação da estrutura das áreas de Compliance e Gestão de Riscos para exercer as

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018.

Comitê de Auditoria

Pedro Antonio Gonzalez Rossia	Assizio Aparecido de Oliveira	Hugo Brioschi	Ariel Leonardo Canelo	Esteban Daniel Borgese
-------------------------------	-------------------------------	---------------	-----------------------	------------------------

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Generali Brasil Seguros S.A.
Rio de Janeiro - RJ - CNPJ: 33.072.307/0001/57

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Generali Brasil Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
 A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos

do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Opinião
 Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.

Outros Assuntos
 No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, referentes a prêmios e sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Todavia, essas divergências já são de ciência da Seguradora, a qual já está tomando providências para a sua eliminação, além de não se constituírem em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.

Ricardo Pacheco - MIBA 2.679
 EY Serviços Atuariais SS CNPJ 03.801.998/0001-11 - CIBA 57
 São Paulo, 23 de fevereiro de 2018

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Diretores, Conselheiros e Acionistas da Generali Brasil Seguros S.A. - Rio de Janeiro - RJ

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Generali Brasil Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Generali Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas na Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018.